

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.: *06*

Data: *1 de novembro de 1986*

Pg.: _____

Itamaraty diz que ação na fronteira é assunto interno

Brasília — O projeto do governo de desenvolvimento e segurança na fronteira de grande parte da Região Amazônica causou certa preocupação nos países vizinhos. Logo de manhã, as embaixadas da Colômbia e da Venezuela telefonaram para o Itamaraty em busca de maiores informações sobre o assunto. O ponto que os preocupava era o de intensificar a presença militar em toda aquela região.

A preocupação era tanta que os ministros-conselheiros (os segundos em importância na escala hierárquica de uma embaixada) das duas chancelarias — Ramiro Carranza, da Colômbia e Hector Griffin, da Venezuela — foram ao Itamaraty em busca dessas informações.

Tiveram de ouvir calados a explicação dada pelo porta-voz do Itamaraty, ministro Ruy Nogueira: "É uma iniciativa meramente brasileira, com conseqüências somente dentro do território nacional." O que o ministro afirmou é que não havia razões para notificar os governos de países vizinhos sobre um assunto interno do Brasil. "É um plano doméstico, em nenhum momento toca ou prejudica interesses vizinhos", tentou explicar-lhes outro diplomata, quando o porta-voz voltou a interferir para dizer que, como tal, não requeria consultas anteriores.

Destacamentos

No Itamaraty, a reação foi de surpresa com a ampla divulgação dada pelos jornais ao Calha

Norte, "porque não é nenhum projeto sigiloso e, inclusive, alguns governadores da região já falaram sobre ele". Dispôs-se a explicar que a idéia surgiu devido ao aumento de problemas na região, especialmente com o garimpo ilegal, o narcotráfico, a exploração ilegal de peles de animais e até mesmo com a guerrilha. E, como a atuação do governo é difícil naquela área, especialmente por causa do acesso, decidiu-se por um projeto específico para a Região Amazônica.

O que o ministério negou foi que houvesse a intenção de fazer naquela parte do país uma verdadeira ocupação militar. "Seria exagerado afirmar isto", comentou um dos diplomatas envolvidos com o projeto, lembrando que a previsão é a de se instalar ali pequenos destacamentos com um máximo de 45 homens. Mas não quis comentar muito este aspecto do projeto, argumentando ser parte relacionada com os ministérios militares.

Ao Itamaraty caberá a instalação de maior número de consulados de fronteira — ainda não está definido o número total deles — e aumentar a cooperação técnica com os países vizinhos — Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. A instalação desses novos consulados terá verba específica — a ser incluída no orçamento da União do próximo ano —, mas contará também com os recursos economizados com o fechamento de quase duas dezenas de consulados em todo o mundo, por terem sido considerados inoperantes.

Bayma Denys só nega o sigilo

Brasília — "Não há nada sigiloso nem controlado no Projeto Calha Norte. Trata-se de um projeto que tem como objetivo aumentar a presença dos brasileiros na área de fronteira, visando, também, a intensificar as relações comerciais com os países vizinhos. Com isto, o que se pretende é promover mais desenvolvimento, ordem e bem-estar às populações da região fronteira", informou o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys.

Ele afirmou que a matéria publicada sobre o assunto no JORNAL DO BRASIL "está absolutamente correta". Só discorda do título da matéria "quando se refere ao projeto como uma questão sigilosa".

Bayma Denys negou-se responder à nota do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) contra o Calha Norte. "É uma opinião do Cimi, não me cabe responder", alegou. Durante a entrevista, entretanto, respondeu a várias das acusações do Conselho. Negou que o projeto não esteja preocupado com a demarcação das terras indígenas, apontando pelo menos três itens da exposição de motivos que demonstram a preocupação do governo com os índios:

1 — O que determina seja definida uma política indigenista apropriada à região; 2 — O que trata de ampliar e intensificar a ação da Funai (Fundação Nacional do Índio) junto à faixa de fronteira; 3 — Que determina seja intensificada a

ação demarcatória nas terras compreendidas pela área de fronteira.

O general negou, ainda, que o Calha Norte pretenda militarizar a área de fronteira. Explicou que nesta primeira fase "a área será ocupada por militares, porque é um projeto pioneiro e não há na região qualquer infra-estrutura". Adiantou, contudo, que "no futuro, quando houver instalações e estrutura, qualquer brasileiro poderá ir para o Calha Norte". Esta questão, segundo ele, foi discutida com o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

O Projeto Calha Norte será executado, em princípio, por sete pelotões, cada um com 40 ou 60 homens, dependendo da necessidade, nos postos de fronteira, totalizando 400 militares, no máximo. Quanto ao receio do Cimi de que os índios possam vir a ser prejudicados, o chefe do Gabinete Militar respondeu: "Este receio não tem fundamento. As tropas vão proteger os índios e toda a população abrangida pelo projeto".

Autor do Calha Norte, o general Bayma Denys não esconde o orgulho que sente quando fala dele. Disse, no entanto, que se pensar direito "quem tem mais orgulho do Calha Norte é o presidente Sarney, porque ele vai ajudar a construir o Brasil naquela área, que por qualquer razão sempre foi relegada a um plano secundário".



Bayma Denys está orgulhoso com o início do projeto

Documento confirma tudo

Embora o ministro Rubens Bayma Denys discorde de quem "se refere ao projeto como uma questão sigilosa", o documento entregue por ele e seus companheiros de ministério, Olavo Setúbal, Costa Couto e João Sayad, ao presidente Sarney, propõe textualmente.

"Sob o aspecto confidencialidade, cabe explicitar que a prioridade governamental, sendo acordada à Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas, quanto temores infundados nos países limítrofes".

"Observe-se que muitos dos temas abordados, tais como reformulação de políticas indigenistas, retomada da de-

marcação de fronteiras ou localização de instalações militares, requerem tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, em virtude da alta sensibilidade política".

"O grau de sigilo recomendado para a matéria reside mais no conhecimento dos desígnios totais de ocupação da faixa de fronteiras do que nas demais atividades a serem implementadas, de forma gradual ou intensiva, simultânea ou sucessivamente àquelas da ocupação".

"Em vista do que precede, não apenas os trabalhos do grupo de trabalho interministerial desenvolveram-se sob regime de confidencialidade, mas também a presente proposta recebe igual tratamento.

Missionário critica política para índios

Brasília — O presidente do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), dom Erwin Krautler, criticou o sigilo sobre o Projeto Calha Norte e a política indigenista da Nova República, que, segundo ele, pode levar à extinção das comunidades indígenas. Durante a entrevista, que foi convocada pelo Cimi, dois estranhos, um deles com sotaque castelhano, acompanharam e anotaram tudo que foi dito. Um deles se disse jornalista "independente" ("Faço trabalhos sobre índios para quem se interessa pelo assunto", disse).

Dom Erwin — que é bispo de Altamira — distribuiu cópias resumidas do Projeto Calha Norte, obtidas, segundo ele, "junto a uma alta fonte governamental", e uma nota do Cimi que denuncia a política indigenista do governo, acusada de buscar a extinção das comunidades indígenas para liberar suas terras para especulação ou exploração predatória.

TERRA YANOMANI

O presidente do Cimi não quis revelar a "alta fonte" que lhe forneceu os documentos. O bispo e o secretário Brand explicaram que, há um ano, desde que o projeto foi detonado, o Cimi vem recebendo denúncias de populações indígenas sobre as atividades militares na região de fronteira da Amazônia. "Calculo que 50 a 60 mil índios de 40 nações, principalmente Yanomami, Tucano e Ticuna estejam ameaçados", disse dom Erwin.

O bispo relatou que durante um encontro com o general Rubem Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência e inspirador do projeto, no dia 19 de março, algumas linhas da atuação militar na área indígena foram discutidas, "mas em nenhum momento ele mencionou o Projeto Calha Norte". Segundo dom Erwin, o general lhe teria dito que é impossível demarcar áreas indígenas na faixa de fronteiras e

pediu que o Cimi estudasse "critérios razoáveis" sobre a extensão das áreas demarcáveis.

O CIMI não concorda com a impossibilidade de se demarcar áreas fronteiriças, como aquela em que vivem os índios yanomami (900 quilômetros entre o Brasil e a Venezuela). "É claro que é possível demarcar pelo menos o lado brasileiro da terra yanomami", argumenta dom Erwin. Ele criticou o Projeto Calha Norte exatamente por não prever a demarcação de terras indígenas.

DEFESA

Dom Erwin classificou como "leviana, irresponsável e infundada" a acusação contida em um trecho da exposição de motivos dos quatro ministros (Gabinete Militar, Relações Exteriores, Planejamento e Interior) que justifica o projeto. A exposição diz que "observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir — às custas do atual território brasileiro e venezuelano — um estado yanomami".

— Não reivindicamos um estado independente para os yanomami — respondeu o bispo —, apenas a demarcação de seu parque indígena, prevista na Constituição.

O presidente do CIMI informou que há construções de unidades militares dentro do projeto, nos municípios de Cucui e Bittencourt (AM) e disse suspeitar que toda essa atividade esteja voltada "para a espoliação final do patrimônio indígena". "Nós não rejeitamos a idéia de se fortalecer a presença militar na região de fronteira" — disse o bispo — "mas tememos que este projeto esteja aí para mascarar e camuflar interesses econômicos espúrios. Crime de lesa-pátria não é defender os índios, é servir àqueles que se interessam pela posse do solo e do subsolo deles".